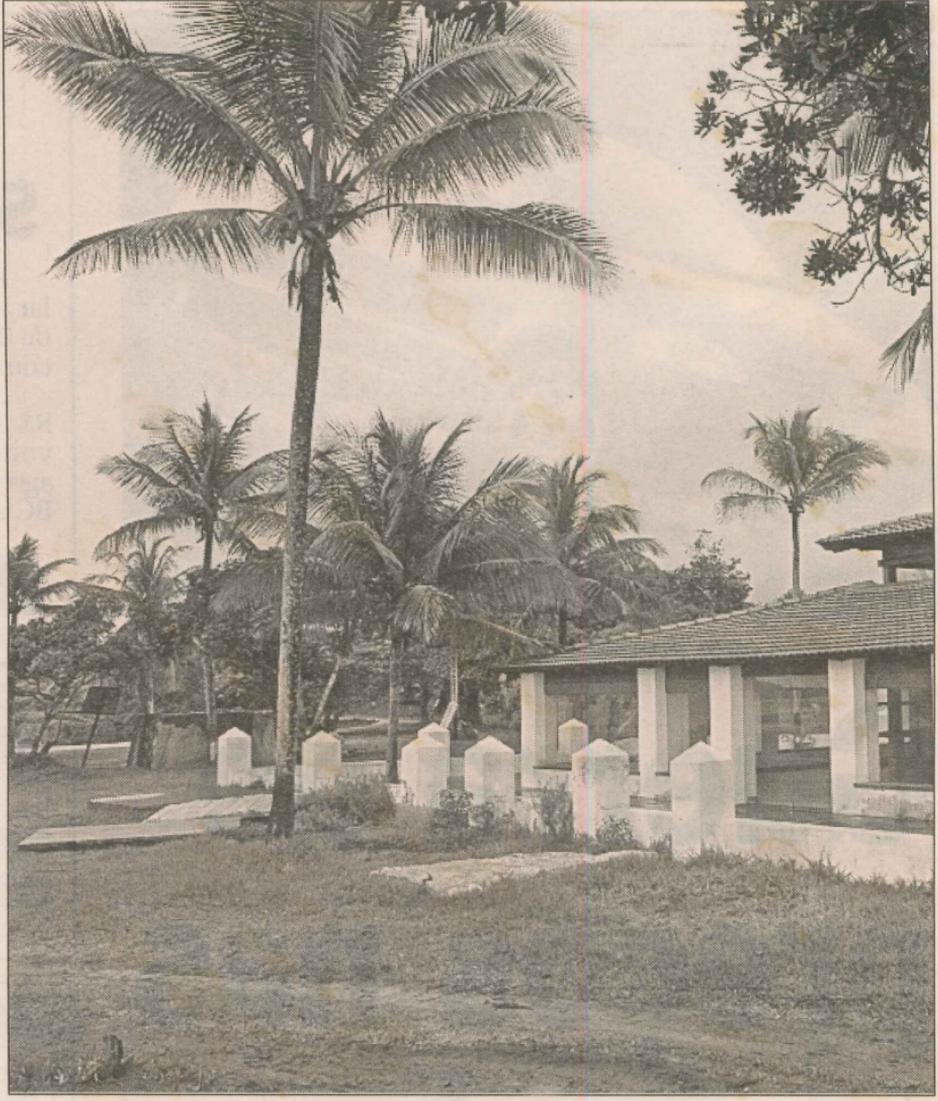


17/09/05

Guarapari (ES) A Tribuna



O local onde será feito o investimento depende de licença

AJ09/16

Cronograma para resort de Três Praias

Pelas negociações com o governo e os investidores, o projeto deverá começar a ser erguido no ano que vem

Depois de mais de três horas de reunião, o governo do Estado conseguiu traçar, na tarde de ontem, um cronograma junto com os empreendedores interessados em construir um resort em Três Praias, em Guarapari. Até o final de 2006, alguns módulos do projeto estarão construídos.

Pelos cálculos, se o empresário Gilberto Bomeny, que participou do encontro, entregar até novembro deste ano o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a licença prévia – que aponta que não há problemas ambientais – poderá ser concedida em maio de 2006.

A partir daí, segundo explicou a secretária de Estado do Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre, o empreendedor terá que dar entrada no pedido de licença para instalação do resort, projetado para uma área de 960 mil metros quadrados.

Um processo, entretanto, ainda um pouco demorado, já que essa licença deverá ser liberada em um período de quatro meses. A intenção de Bomeny é construir o resort – complexo turístico de hotéis, pousadas e atividades culturais, recreativas e esportivas – em módulos, que serão definidos nos próximos meses.

Com isso, a previsão é de que, pelo menos, alguns atrativos do resort estejam concluídos até o final de 2006, conforme destacou o secretário Extraordinário de Projetos Especiais do Estado, William Galvão.

Pelo projeto, o Três Praias Resort consiste em um complexo de hotéis, condomínios, clube de golfe, ancoradouro, centro comercial e escola de hotelaria.

“Esse é um empreendimento importante para o Espírito Santo”, destacou a secretária Maria da Glória, ao destacar que o termo de referência, que define as diretrizes básicas para os estudos necessários para o licenciamento, já foi aprovado.

Ela ainda explicou que, antes de conceder a licença prévia, o EIA será discutido com o município de Guarapari, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Iema.

Além disso, terá que passar por audiências públicas e aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).

Dentre as novidades do projeto está a instalação de um ancoradouro, seguindo o mesmo modelo adotado na cidade de Búzios, no Rio de Janeiro, para receber navios de cruzeiros.